

A POSSE E A PROPRIEDADE DA TERRA E OS CONFLITOS NO OESTE MATOGROSSENSE

Olímpio Beleza Martins⁺

A concentração de milhões e milhões de hectares de terras nas mãos de poucas pessoas sempre foi um dos mais graves problemas em nosso país. Desde os tempos das capitânicas hereditárias até os dias atuais, o Estado, comandado pelas classes dominantes e sempre à serviço das mesmas, tudo fez para garantir o monopólio da propriedade da terra. Uma olhada na legislação atinente comprova tal fato. Foi assim em 1.532, com a instituição das Donatárias; em 1850, com a Lei de Terras, em 1.907, proibição de venda de terras à brasileiros, em proporção maior de 10%. Para facilitar a imigração. E nas últimas décadas nada foi feito no sentido de se reverter tal situação. Mas para mantê-la até golpe militar ocorreu em 1.964.

A situação de extrema pobreza e dificuldades têm levado trabalhadores rurais, consciente ou inconscientemente, a reagir diante deste quadro. E isso tem gerado conflitos e confrontos nos mais diferentes graus de intensidade e por vezes a morte de trabalhadores e/ou fazendeiros. O fato tem ocorrido nos diferentes quadrantes do país, e aqui será tratada a questão do Oeste do Mato Grosso.

No Estado do Mato Grosso, a aquisição de terras, para fins de uso como para fins de reserva de valor, foi regulamentada desde 1.892. A criação da Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, neste mesmo ano, deu ao Estado uma legislação que forneceu o suporte institucional para a transferência de terras públicas pra o domínio privado. Nas primeiras décadas deste século poucas vendas de terras devolutas e públicas foram realizadas.

Somente após a Segunda Guerra Mundial que o processo de vendas foi intensificado por parte do governo do Estado através de projetos de colonização. Tal política de colonização visou a fixação de populações oriundas de outros rincões em áreas desabitadas do Mato Grosso. E assim, milhões de hectares de terras foram oferecidos às empresas colonizadoras para que efetuassem a venda.

Entre 1.951 e 1.955, um total de 20 empresas colonizadoras receberam áreas contratadas, com decretos de concessão para colonização. Tais empresas tinham bastante identidade com o poder político e dessa relação dependia o bom desempenho das mesmas. Neste mesmo período pouco mais de 3,5 milhões de hectares de terra foram colocadas à venda por estas firmas.

Tais contratos de colonização realizados entre o governo do Estado e as companhias de loteamento tiveram suas legitimidades contestadas por políticos do

⁺ Professor junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – São Paulo, Brasil.

Mato Grosso, o que deu origem a uma demanda que culminou em uma situação “sub-judice” reconhecida mesmo no Congresso Nacional.

João Ponce de Arruda, governador do Estado, procurou resolver o impasse criado neste caso de colonização, determinado que o Departamento de Assistência Técnica regularizasse a situação dos compradores que tinham contratos lavrados com o Estado do Mato Grosso, publicados no Diário Oficial e registrados no Tribunal de Contas, desde que pagassem os preços estipulados pelas concessionárias. Das 22 empresas que obtiveram áreas para o loteamento somente cinco de las cumpriram as exigências mínimas.

O Departamento de Assistência Técnica entrou em entendimento com as cinco companhias que tinham cumprido as exigências mínimas e propôs a expedição de títulos correspondentes aos contratos firmados. Desta maneira, tentou-se resolver o impasse criado no caso das colonizadoras na década de 50. durante o governo Pedro Pedrossian, o Departamento de Terras e Colonização foi extinto para que não houvesse mais venda de terras ou mesmo a concessão para a colonização por iniciativa privada.

A área em estudo faz parte da Amazônia legal e teve a implantação de uma política de desenvolvimento e integração definida durante a Constituinte de 1.946, em seu artigo n° 199. Tal artigo rezava: “Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, a quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Em 1.953, e lei n° 1.806, definiu os objetivos deste Plano e para a execução dos mesmo foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Dentre os objetivos, dois se destacam para análise em questão: a) estabelecer uma política demográfica que compreende a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham ao interesse da região e do país; e b) interessar o capital privado na exploração das riquezas regionais, inclusive em empreendimentos de capital misto.

A importância que foi dada a cada um destes objetivos é que vai gerar uma situação de conflitos que serão analisados posteriormente.

A partir de então, e através deste órgão, o poder público começou a incentivar e proteger a empresa privada na região.

Em 1.966, o Plano sofreu uma redefinição em seus objetivos, no entanto, foram resguardados os dois pontos básicos: a) a busca de uma política imigratória para a região, com o aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes seleccionados externos, e b) a criação de uma política de incentivos fiscais e creditícios, visando a incentivar os investidores nacionais e estrangeiros a realizar empreendimentos na região e nela investir os lucros obtidos. Bem como

resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis, ficando a parte de infra-estrutura, planejamento e pesquisa com o governo.

Neste mesmo ano a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi substituída pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e com ela criou-se incentivos fiscais para atrair investimentos privados para a região. Tais incentivos conseguiram carrear para o Mato Grosso recursos financeiros, principalmente destinados à formação de fazendas agropecuárias. De um total de Ncr\$ 177.582.508.00 de incentivos fiscais recebidos pela iniciativa privada em 1.967, Ncr\$ 172.584.508.00 foram destinados ao setor agropecuário no Estado de Mato Grosso. Assim mais de 30 projetos agropecuários foram instalados, principalmente nos municípios de Barra do Garças, Diamantino, Luciara, Mato Grosso, Chapada dos Guimarães, Barra dos Bugres, etc. Cada projeto possuía área de milhares e milhares de hectares.

Dez anos após, em 1.977, a situação regional estava bastante modificada e mais 5.400.000 hectares de terra do Estado do Mato Grosso passaram para as mãos de 199 grandes empreendimentos, como mostra o quadro abaixo: (IANNI, 1.986, pp 77 quadro 2)

| Dimensão (ha) | No. projetos | Área (ha) |
|------------------|--------------|-----------|
| Até 10.000 | 26 | 186.400 |
| 10.000 – 25.000 | 97 | 1.838.000 |
| 25.000 – 50.000 | 61 | 2.012.000 |
| 50.000 – 100.000 | 12 | 872.600 |
| Mais de 100.000 | 3 | 489.000 |
| TOTAL | 199 | 5.401.800 |

Acontece que boa parte dessas terras já estavam ocupadas por posseiros que ao longo das últimas décadas vinha fazendo uma reforma agrária espontânea. Os trabalhadores rurais expropriados de seus meios de produção em outras regiões do país, para aí tinham se dirigido, ocupando um pedaço de terra devoluta e disto fazendo a sua moradia e ou seu meio de sobrevivência. Mesmo não tendo uma documentação que legalizasse essa área como sua propriedade, o posseiro ocupava e usava tal espaço, o que legitimava a sua posse. Também, foi frequente o caso de terras pertencentes à grupos indígenas, mas ainda não de todas, que foram transformadas em áreas destes novos empreendimentos. Por outro lado, a grande maioria destes empreendimentos permaneceram como estavam antes, desocupados e sem uso, o que permitiu que levas de trabalhadores expropriados em outras áreas do país, ou mesmo desempregados dos empreendimentos próximos, ocupassem as terras, mesmo depois que elas tinham sido tituladas.

Este processo colocou frente a frente dois agentes com interesses na mesma terra, porém com objetivos diferentes. De um lado. O capitalista que queria a terra para conquistar mais e mais poder. Para ele, a terra era considerada mercadoria, reserva de valor. Do outro, o posseiro, trabalhador rural, precisava dela como meio

de sua sobrevivência. O seu valor erra o valor de uso. Divergências e contradições levaram a uma impasse e como resultado, o conflito. A estrutura fundiária daí resultante foi responsável por centenas e centenas de conflitos em todo o Brasil.

O processo de apropriação do espaço no Brasil tem gerado os mais diferentes tipos de disputas e que tem envolvido índios, posseiros, grileiros, capitalistas, fazendeiros latifundiários, etc. E estes envolvimento sempre ocorreram nas seguintes relações: grileiros, latifundiários e capitalistas versus índios; e grileiros, latifundiários, e capitalistas versus posseiros.

A área em estudo é dominada pelo Vale do Rio Guaporé e pela chapada dos Parecís, cujos arenitos cretácicos da formação do mesmo nome deram origem à escarpas voltadas para o Sul o Noroeste, dominando as superfícies cristalinas rebaixadas e dissecadas pelos altos cursos dos rios Paraguai e Guaporé. As terras do Vale do Guaporé são conhecidas pela fertilidade das mesmas.

Até a década de 50, a área era quase que exclusivamente povoada pelo grupo indígena Nambikwara. Os primeiros contatos desses índios com o homem branco ocorreram por volta do ano de 1.907, através das expedições comandadas por Rondon. Para alguns estudiosos, eles eram mais de 10.000 no início deste século e hoje não ultrapassam cinco centenas. Isto porque, a partir da década de 60, com a construção da rodovia Cuibá-Porto Velho (BR 364), aumentaram as possibilidades de penetração do grande capital e as chances de apropriação deste espaço, praticamente virgem, para torná-lo reserva de valor.

Em pouco tempo, os contatos forçados fizeram os índios conhecidos e as primeiras mortes ocorreram no aldeamento de Sararé. Seis índios perderam a vida.

Em função disso, foi criada uma reserva para os Nambikwara na Chapada dos Parecís, com cerca de 1.000.000 de hectares. Este fato veio atender antes aos desejos dos fazendeiros que a vontade dos indígenas, visto que os primeiros desejavam as terras férteis do Vale do Guaporé, onde residiam 90% dos silvícolas. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) agiu de forma maléfica e liberou o Vale para os fazendeiros que de 1.968 a 1.979, ocuparam tal espaço através de 22 empresas agropecuárias. Devido aos contatos com os brancos em 1.971, um surto de sarampo eliminou toda a população com menos de 15 anos dos Nambikwara. Os sobreviventes foram levados para a reserva, mas os mesmo acabaram retornando ao Vale. A ação nociva da FUNAI, através de seus funcionários corruptos e a serviço do grande capital continuou e em 1.974, ela declarou vazia a área de ocupação dos alakatesus e Waikisis, retirando-os de avião para a reserva a fim de conceder certidão negativa à SORANA, S.A. Parte dos índios morreu e o restante tentou voltar à sua área de origem.

No ano seguinte, tentou-se criar um projeto de desenvolvimento comunitário visando defender os Nambikwara, mas o coordenador deste projeto foi demitido e o projeto extinto.

A ação nociva destes grandes empreendimentos mais uma vez se fez presente através do uso de desfolhante Tordon 155-BR, agente laranja usado no vietnam pelos americanos, e que tem alto poder de contaminação das águas dos rios da reserva, causando frequentemente desintéria nas populações indígenas.

Em 1.976, tentou-se formar grupos de trabalhos para nova demarcação da reserva Nambikwara, os fazendeiros apelaram judicialmente com certidões negativas doadas pela própria FUNAI. Somente em 1.978, tal serviço foi levado a cabo, porém em terreno descontínuo e assim se constituiu: 22.000 hectares para os Hahaintese; 12.000 para os alentasus; 12.000 para os Negarotes e 13.000 para os Wasusus. A reserva de 1.000.000 de hectares criada em 1.968, ficou restrita a essas cinco áreas separadas entre si por fazendas de 100.000 a 400.000 hectares cada ⁽¹⁾.

Para terminar, em 1.979, houve o desvio do traçado da BR 364, cortando ao meio o que restou das reservas dos Nambikwara, e o início do asfaltamento da rodovia. Hoje, ao longo de todo este espaço que pertenceu aos “orelhas furadas”, pode-se encontrar alguns índios, geralmente embriagados, vendendo seus artesanatos e servindo para arrêmedos e deboches dos transeuntes brancos da BR 364. a nação Nambikwara foi descaracterizada e quase desapareceu. A terra que antes lhe pertencia, hoje está nas mãos de grandes fazendeiros. Ela não tem mais condições de reagir, e os conflitos entre brancos e índios foram decididos em favor dos primeiros.

Além destes conflitos entre latifundiários e índios, o outro tipo de conflito que existe é entre latifundiários e posseiros.

Se a abertura da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364) permitiu a penetração do capital na conquista e valorização do espaço do oeste do Mato Grosso, possibilitou também o ingresso de milhares de trabalhadores rurais, sem terras, que aí foram tentar sobreviver.

A partir da década de 60, e principalmente com a abertura da BR 364, a penetração na área intensificou-se. Se na parte mais setentrional desta área em questão, os conflitos registrados tiveram como personagens, capitalistas e indígenas, na porção meridional, tais conflitos foram entre capitalistas e posseiros. Esta porção meridional abrange aproximadamente os atuais municípios de Pontes e Lacerda, Jauru, Figueirópolis, São José dos Quatro Marcos, etc. a colonização desta área começou a ser realizada através de companhias particulares, dentre as quais se destacou a Companhia comercial de Terras Sul do Brasil. Ela adquiriu uma gleba de terras para lotear e em seguida recebeu a concessão do Estado para continuar a venda de lotes nas proximidades. Este processo durou aproximadamente entre os anos de 1.9763 a 1.970, e os compradores

⁽¹⁾ OLIVEIRA, Adélia E. de. A ocupação humana – In Amazonia: Desenvolvimento, integração e ecologia. CNPq – Ed. Brasiliense pp. 293 – ano 1983.

provenientes do Estado de São Paulo e de Minas Gerais (área do contestado) adquiriram áreas pequenas conforme suas possibilidades. Mas também, em menor número, houve a aquisição de áreas enormes por parte de capitalistas de São Paulo, Mato Grosso e de Santa Catarina e que por vezes foram deixadas intactas por fins de reserva de valor. Esta mesma companhia, por volta de 1.970, começou a lotear e vender uma gleba de 484.000 hectares no atual município de Pontes e Lacerda, porém em módulos maiores que o loteamento anterior. Tal empreitada não terminou, pois a área foi invadida.

Ocorre que nos anos anteriores, parte desta área foi ocupada espontaneamente por posseiros provenientes do São Paulo, Minas Gerais e com passagens pela frentes pioneiras, donde foram obrigados a se transferir por falta de trabalho.

A política adotada pelo governo visando o desenvolvimento das regiões menos evoluídas, através de incentivos fiscais foi um apelo à iniciativa privada para investimentos em grandes projetos agropecuários na região, na década de 70. Entretanto parte das terras adquiridas pelo grande capitalista do Sudeste já estava ocupada. O capitalista passou a ter a propriedade da terra, mas o possessor já estava de posse da mesma. As primeiras situações conflitantes aparecem. Porém a necessidade de numerosa mão de obra na derrubada de matas para a formação de pastagens exigiu a presença do possessor e desta forma uma convivência pacífica. E tudo isto porque o possessor precisou vender sua força de trabalho ao latifúndio para complementar o sustento da família, visto que não conseguia sobreviver apenas com seu roçado. Além disso, nos primeiros anos após a derrubada da mata, para melhor formar as pastagens, o grande proprietário permitia ao possessor que plantasse lavouras de arroz, milho, etc., em suas terras. Mas aos poucos, as matas foram sendo transformadas em pastagens e a mão-de-obra excedente foi sendo expulsa para os pequenos núcleos urbanos onde raramente conseguiam trabalho.

Para sobreviver, as únicas saídas eram: ir adiante e criar uma nova frente de expansão ou invadir as áreas de fazendas que ainda permanecem cobertas de matas, cujos proprietáriosabsenteístas, residindo nos grandes centros do Sudeste, guardavam para futura especulação imobiliária.

Latifundiários capitalistas e trabalhadores rurais posseiros querendo a mesma terra, por interesses distintos. A resultante disso quase sempre foi o confronto. E mais de duas dezenas de fazendas foram cenários de conflitos a partir dos anos 70.

Quando os primeiros conflitos aconteceram, pensou-se como sendo focos de guerrilhas visto que não muito longe dali, na Bolívia, esteve presente a figura de "Che Guevara". Em 1.980, o governo procurou resolver tais questões implantando o POLONOROESTE. Com verbas do Banco Mundial, o POLONOROESTE atacou o problema em duas frentes: a) a pavimentação da Rodovia Cuiabá Porto Velho, que teve seu traçado original mudado, como já foi citado, e b) um Programa de Desenvolvimento Integrado com verbas de 77,647 milhões de dolares foi

elaborado para tentar eliminar as tensões sociais integrando o trabalhador à uma economia de mercado. Isto porque, após o fracasso no Vietnã, o governo americano mudou sua política em relação aos seus parceiros do Terceiro Mundo. E assim, ao invés de irem direto para o confronto com as populações insurgentes, acharam melhor eliminar tensões sociais elevando o nível sócio-econômico desta gente. Para isto foram desenvolvidos vários programas no campo da saúde, em desenvolvimento agrícola e rural, armazenagem, estradas, escolas, etc.

Apesar de toda esta parafernália, a situação pouco mudou e a mesma terra continuou sendo disputada por mais de um interessado. E nesta disputa e confronto direto tem tido como resultado a morte tanto de posseiros como de jagunços à serviço dos grandes fazendeiros. Em alguns casos, o número de mortes ultrapassou a uma dezena, como no caso da Agropecuária Mirassolzinho no município de Jauru, em 1.985.

Mas nem todos os posseiros estiveram em conflitos com todos os fazendeiros. O que vimos em alguns casos são fazendeiros incentivando trabalhadores rurais a invadir áreas cujos proprietários eram absenteístas (geralmente morando no sudeste do país) e mesmo dando-lhes apoio material, como emprestando máquinas e doando diesel para que os caminhos até a área invadida fossem abertas ou consertadas. Quando o fazendeiro local fez isto, ele sabia que tinha garantido duas coisas fundamentais: a) a amizade e com isso a segurança que sua área não seria invadida; b) mão de obra barata para os trabalhos eventuais em sua propriedade. E além disso, ele sabia que mais dias iria adquirir a posse deste posseiro por preços irrisórios.

Mesmo tendo a posse da terra, a situação do posseiro continuou difícil. Ele não tinha a documentação necessária para conseguir empréstimos para fins agrícolas como tinha o fazendeiro que tudo conseguia à juros subsidiados. Assim, o posseiro, além de construir um pequeno roçado na sua posse, ele também vendida a sua força de trabalho nas fazendas próximas, ou vender o que resta da madeira conseguida nas matas da área.

Até 1.986, estas questões eram resolvidas à força, visto que os posseiros eram desalojados pela força policial auxiliada por capangas e jagunços à serviço do fazendeiro. Após 1.986, o governo do Estado do Mato Grosso procurou regulamentar a situação através de desapropriações tem sido preços acima daqueles do mercado imobiliário da região.

Esta saída encontrada não resolveu toda a situação, visto que quando da regularização do direito a posse, o posseiro já tinha transferido o mesmo para um fazendeiro vizinho. Não lhe foi dada nenhuma orientação técnica ou apoio financeiro, ele vendeu sua posse e como saída foi vender sua força de trabalho temporariamente, ou avançou em direção às novas frentes de expansão, pensando em nova invasão. Tanto na questão indígena como na questão do posseiro, quem ganhou foi o grande capitalista. A questão da posse e da propriedade da terra no

oeste do mato Grosso vai continuar gerando conflitos enquanto não se fizer uma transformação agrária.

Referências Bibliográficas

O AROEIRA. Cuiabá, Comissão Patoral da Terra, 9(43), Março/Abril de 1987.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lex-Legislação Federal – Marnália. São Paulo: Lex Editôra, s.d.

CAMPOS, Fausto Vieira de. Retratos do Mato Grosso. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasil Oeste, 1969.

IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, Olímpio Beleza, PASSOS, Messias Modesto. Vale do Guaporé: conflitos pelo espaço. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, (10), 1989.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: Amaônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: CNPq/Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Nelson de f. Caminhada e esperança da reforma agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.